

Ex-assessor de Lira e diretor do MEC são demitidos

SOB PRESSÃO

Na mira da PF, ex-assessor de Lira cai na véspera de retomada de ação contra deputado no STF

DANIEL GULLINO E ALECRACAYO
p06@oglobo.com.br
Foto: J. L. S. / G. P. / G. P.

Quatro dias após a Polícia Federal ter ido às ruas para desbaratar um suposto esquema de desvio de verbas públicas abastecido por emendas parlamentares, um ex-assessor direto do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o servidor Luciano Cavalcante, foi exonerado do cargo que ocupava na liderança do PP e do partido do deputado. Ele não foi o único investigado a perder o emprego: o governo demitiu Alexander Moreira do posto diretor do Ministério da Educação. Além do aumento da pressão sobre um dos seus homens de confiança, Lira terá pela frente, a partir de hoje, o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) de um processo que pode mantê-lo réu por corrupção passiva, sob acusação de recebimento de propina.

O desligamento de Luciano Cavalcante traz implicações políticas a Arthur Lira, embora o deputado não seja investigado no mesmo inquérito, dada a relação de proximidade entre os dois. Além disso, a situação do servidor, um outro aliado do presidente da Câmara, João Catunda (PSD), é pai de Edmundo Catunda, sócio de uma empresa que está na mira do inquérito. Catunda, Cavalcante e Alexander Moreira, exonerado do MEC, foram alvo de mandados de busca e apreensão na sexta-feira, quando a PF deflagrou a Operação Hefesta, que investiga desvios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao MEC.

A PF apura indícios de fraude em licitação e lavagem de dinheiro na compra de kits de robótica para escolas de Alagoas, refeito eleitoral do presidente da Câmara. De acordo com as investigações, o superfaturamento da compra de kits, ocorrido entre 2019 e 2022, gerou prejuízo ao erário de R\$ 8,1 milhões e sobrepagação. O inquérito apontou que as contratações teriam sido ilicitamente direcionadas a uma única empresa fornecedora dos equipamentos, a Megalic, de Maceió, que cobrava das escolas R\$ 14 mil por kit, após comprá-los por R\$ 2.700 de uma empresa em São Paulo.

Partidária da PF revelou que o motorista de Luciano Cavalcante, que já foi chefe de gabinete de Lira, teria relação com os operadores do esquema de desvio de verba, o casal Juliana e Pedro Salomão. Em Brasília, eles apareceram realizando "quase uma centena de saques em dinheiro" em bancos e em casas lotéricas. Partidária da sacada teria sido passada por Salomão ao motorista do ex-assessor de Lira, como mostrou o Fantástico no último domingo. Eles foram flagrados no dia 17 de maio entrando juntos num veículo que estava estacionado em um hotel de Brasília, no qual Cavalcante estava hospedado. Pelas imagens obtidas pela Polícia Federal, o operador entrou no carro com a sacola cheia de dinheiro e saiu com o recipiente esvaziado. No mesmo dia, em um novo episódio, na Asa Sul, região de Brasília, Pedro voltou a entrar no carro com o motorista.

Durante busca e apreensão realizada pela PF, conforme revelou o Fantástico, foram encontrados R\$ 150 mil e o passaporte de Luciano Cavalcante no porta-malas do motorista. Na ocasião, também foi realizada busca e apreensão em endereços do ex-assessor de Lira, Salomão e Juliana, que foram presos. Todos os envolvidos negam envolvimento com o esquema. O presidente da Câmara não foi citado na investigação.

'MAL COM A NOTÍCIA' Em entrevista à GloboNews na semana passada, ao ser questionado sobre o caso envolvendo o seu ex-assessor, o deputado disse que "cada um é responsável por seu CPF neste país".

— A gente fica mal com uma notícia como esta, mas eu não posso omitir qualquer juízo de valor sobre uma operação sem ter acesso a investigação. Posso dizer que não tenho sintoma e não tenho nada a ver com isto.

Se não consta no rol de investigados da Operação Hefesta, Arthur Lira está na mira da ação que será retomada pelo STF hoje. O ponto central do inquérito é a apreensão, ocorrida em 2012, de R\$ 106 mil com Jaymerson de Amorim, então assessor da Câmara dos Deputados, quando ele tentava embarcar em um voo de São Paulo para Brasília. Em 2018, a Procuradoria-Geral da República (PGR) afirmou que o dinheiro era destinado a Lira, em troca de uma indicação na Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), órgão vinculado ao Ministério das Cidades.

A denúncia apresentada pela PGR foi recebida pela Primeira Turma do STF um ano depois. Entretanto, a defesa de Lira recorreu contra a decisão. O pedido começou a ser analisado em 2020, e já havia maioria para manter o entendimento da Procuradoria, mas o julgamento foi interrompido por um pedido de vista. Em abril deste ano, porém, sob nova gestão, a PGR mudou sua posição e pediu o arquivamento do caso. Os ministros que já votaram podem optar por manter ou alterar sua posição.

Na denúncia, a então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, citou pontos que ligariam Lira à entrega do dinheiro, como ligações e trocas de mensagens trocadas com Amorim no dia da entrega e o fato de as passagens aéreas terem sido compradas com um cartão do deputado. Na época dos fatos, o comando do Ministério das Cidades era de indicação do PP. O deleiro Alberto Youssef, que presta serviços para o partido, afirmou em seu acordo de delação premiada que indicou



Deputado Arthur Lira é réu em ação que volta a ser julgado no STF. PGR denunciou por recebimento de propina em troca de indicação de cargos na CBTU

DORES DE CABEÇA PARA O PRESIDENTE DA CÂMARA

Além do envolvimento de assessor em esquema de fraude no MEC, presidente da Câmara é alvo de julgamento no STF

CASO CBTU

Presidente da Câmara vai a julgamento por corrupção passiva por supostamente ter recebido R\$ 106 mil em propina para fazer indicações na CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)

Alvo de indicações de Lira e do PP desde 2007. Vinculada ao Ministério das Cidades. Teve orçamento de R\$ 1,9 bilhão em 2022. Responsável pelos sistemas de transporte de Maceió, reduto de Lira, além de Recife, Natal e João Pessoa

Elementos citados em denúncia da PGR que associam o esquema a Lira

Compra de passagem

A passagem aérea utilizada por Jaymerson Amorim — assessor do deputado à época e que foi preso com o dinheiro — para ir a São Paulo foi comprada com um cartão de Arthur Lira

Mensagens e ligações

No dia da apreensão do dinheiro, Amorim e Lira conversam por mensagens sobre o voo. Também trocaram seis ligações

Registros de entrada

Francisco Colombo, suspeito de pagar propina a Lira para garantir apoio à sua nomeação na presidência da CBTU, esteve 61 vezes em empresas do deleiro Alberto Youssef, que presta serviço ao PP de Lira e denunciou o esquema em delação

CASO MEC

Alvos da operação da PF para apurar suspeita de crimes de fraude em licitação e lavagem de dinheiro na compra de kits de robótica em Alagoas que podem ter gerado prejuízo de R\$ 8,1 milhões

Os passageiros ligados a Lira

Alvos da operação da PF para apurar suspeita de crimes de fraude em licitação e lavagem de dinheiro na compra de kits de robótica em Alagoas



Alexander Moreira Era coordenador-geral de Apoio às Redes e Infraestrutura Educacional do MEC no governo Bolsonaro, quando os kits foram comprados, e, agora, sob Lula, havia assumido uma diretoria, dentro da Secretaria de Educação Básica do ministério. Exonerado ontem do cargo, Moreira é investigado por desvio de dinheiro do FNDE por ter descontado as contratações dos kits a uma empresa, de cujo dono, aliado de Lira, ele recebeu depósitos em dinheiro.



Luciano Cavalcante Há suspeitas de que Cavalcante, ex-assessor do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tenha recebido recursos desviados de contratos para compra dos kits de robótica feita pelo MEC. Ele foi demitido ontem do cargo de secretário particular que ocupava no gabinete do líder do Progressistas. Envolvimento no esquema gerou desgaste político para o deputado.



Luciano Cavalcante no mesmo hotel em que seu motorista recebeu o dinheiro de operador do esquema de MEC. No carro em que foi feita a transação, a PF encontrou, além da mochila com R\$ 150 mil, o passaporte de Cavalcante



Em carro de motorista de Cavalcante, polícia encontrou mochila com R\$ 150 mil em dinheiro vivo e o passaporte do agora ex-assessor de Lira

Francisco Colombo para a presidência da CBTU.

De acordo com Youssef, a indicação foi chancelada por Lira e por seu pai, o então senador Benedito de Lira, hoje prefeito de Barra de São Miguel (AL), que já teria influência no órgão.

Colombo esteve 61 vezes em duas empresas de Youssef, entre 2011 e 2013. Em uma ocasião, em fevereiro de 2011, Lira entrou no local pouco antes do então presidente da CBTU. Uma servidora do gabinete de Lira também relatou que Colombo esteve algumas vezes no gabinete do deputado.

Amorim estava empregado no gabinete do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE). Entretanto, Lira reconheceu que ele também prestava serviços para o seu gabinete.

No dia da apreensão do dinheiro, Amorim admite que encontrou Colombo em São Paulo, mas apresentou explicações divergentes sobre o motivo da reunião.

As passagens aéreas utilizadas por ele foram compradas com um cartão de crédito de Lira. Além disso, no dia da viagem, o assessor entrou em contato com o deputado informando que o voo para São Paulo estava atrasado e fazendo referências a alguém que o buscava no aeroporto — para a PGR, seria Colombo. Em resposta, Lira diz que ele deveria ligar para essa pessoa. No mesmo dia, houve seis contatos por telefone entre Lira e Amorim, incluindo logo depois do pouso da aeronave.

CONTRADIÇÕES

Amorim foi detido ao tentar embarcar de volta para Brasília. O dinheiro estava escondido em diversos pontos de seu corpo. No dia da apreensão, ele afirmou que não conhecia Lira e que estava levando o dinheiro do filho de São Paulo para Brasília. Também alegou que os valores teriam sido pagos por uma consultoria que ele fez para a compra de um imóvel.

Posteriormente, em depoimento, admitiu que trabalhava com Lira e que comprou a passagem com seu cartão. Dessa vez, no entanto, declarou que já saiu de Brasília com o dinheiro e que não utilizou para comprar um carro em São Paulo de um amigo de Colombo. Contudo, o presidente da CBTU não teria levado o veículo, e por isso ele voltou com o dinheiro.

No depoimento, o assessor também disse que só havia falado com Lira sobre a viagem dias depois. Entretanto, questionado sobre a mensagem que enviou dizendo que o voo estava atrasado, disse que não se lembrava do diálogo. Também disse que não se recordava de uma ligação feita para o deputado no mesmo dia, logo após chegar a São Paulo.

Em depoimento, Lira afirmou que não tinha conhecimento de que as passagens aéreas foram compradas em seu nome e disse que não sabia do motivo da viagem de Amorim. Em resposta à denúncia apresentada ao STF, a defesa de Lira afirmou que "não há uma mensagem, e-mail ou conversa que indique" que ele solicitou alguma vantagem individual, assim como "não existe qualquer descritivo" que mostre que ele seria o destinatário dos recursos levados por Amorim. Os advogados também afirmaram que Lira não teve participação nem na nomeação nem na permanência de Colombo na CBTU.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4